



RECOMENDAÇÕES À CANDIDATURA DO BLOCO DE ESQUERDA AO PARLAMENTO EUROPEU EM 2019

A **FEC – Fundação Fé e Cooperação** é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, criada em 1990 pela Igreja Católica em Portugal, num estreito diálogo e colaboração com as Igrejas dos países de língua oficial portuguesa. A nossa missão é **promover o Desenvolvimento Humano Integral com a visão de construir uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça.**

Ancorada em valores e princípios sólidos, trabalhando em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global, a FEC aposta em projetos sustentáveis, com impacto e resultados transformadores junto das populações com quem trabalha, com especial enfoque em três eixos de atuação: i) Educação, Conhecimento e Competências; ii) Boa Governança e Advocacia; iii) Cidadania Global e Direitos Humanos.

Em conjunto com a Associação Casa Velha, a FEC está a liderar a iniciativa **“EUROPA+JUSTA”**, com o objetivo de promover o **consumo e produção mais justos e sustentáveis** junto dos consumidores, comunicação social, investigadores e decisores políticos na União Europeia (UE), em especial junto dos candidatos ao Parlamento Europeu em 2019.

Neste contexto, o jornal fictício **“The Fair Times”**, que acompanha este documento, perspetiva um futuro no qual o mandato do Parlamento Europeu de 2019 a 2024 resulta em **políticas de ampliação do consumo e produção responsáveis**, nos seus diversos aspectos. No decorrer da edição, são descritas as políticas adotadas e o papel central dos Eurodeputados neste processo, representando um propósito pelo qual os candidatos podem guiar o seu percurso eleitoral e político.



Com este objetivo, e de maneira a complementar o Manifesto Eleitoral do Bloco de Esquerda, “A Força que Faz a Diferença”, a FEC e a Associação Casa Velha gostariam de recomendar meios para o alcance desta visão, para que a **UE desempenhe um papel de liderança na regulação da produção e consumo responsáveis**, que por sua vez são fundamentais no alcance da **Agenda 2030** e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** das Nações Unidas (ONU).

1 Consumo e Produção Responsáveis

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 12 prevê **“Garantir Padrões de Consumo e de Produção Sustentáveis”**. Para alcançá-lo, é necessária uma abordagem capaz de integrar diferentes agentes, desde o produtor até o consumidor final. Dessa maneira, **recomendamos** que o **Parlamento Europeu**:

- i) apoie mais projetos e ações que **fomentem o comércio justo, ético e responsável**, tanto no âmbito da política comercial quanto no da cooperação para o desenvolvimento;
- ii) e que **reforce a implementação e monitorização das disposições sobre desenvolvimento sustentável nos acordos de comércio da UE com países terceiros**, de forma a garantir direitos laborais, sustentabilidade ambiental e gestão dos recursos naturais e o respeito pelos direitos humanos.

Acreditamos no potencial transformador de iniciativas de **economia circular**, a qual vai ao encontro do Plano de Ação para Economia Circular adotado no âmbito da UE em 2015 e que promoveu uma perspetiva sistémica

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





para toda a cadeia de valor, com redução de resíduos e poluição, (re)utilização de produtos e materiais pelo maior tempo possível, e garantia de capacidade de regeneração dos recursos utilizados, para além da conformidade aos direitos humanos. Com o objetivo de avançar na implementação de dinâmicas de economia circular, **sugerimos políticas de maiores investimentos à inovação, à pesquisa e à adaptação da base industrial**, ao priorizar financiamento de projetos e negócios de economia circular e implementar meios de partilha das boas práticas, possibilitando a formulação de novos modelos de negócios circulares. Acrescentamos o necessário esforço em direção ao **empoderamento dos consumidores, a fim de tomarem decisões informadas acerca dos produtos e serviços que adquirem em relação ao impacto ambiental e social**. Ao exigir de empresas o cumprimento e adequação a normas internacionais de responsabilidade social e ambiental, por meio de legislação vinculativa no âmbito europeu, é reforçada a simbiose entre o meio empresarial, especialmente as pequenas e médias empresas, e as comunidades, possibilitando crescimento sustentável e justo.

Outro aspeto indispensável à visão de consumo consciente diz respeito à **aquisição pública**. A Diretiva de Aquisição Pública de 2014 da UE tornou mais simples **introduzir critérios de sustentabilidade e comércio justo nas compras públicas** pelas autoridades europeias. No entanto, há potencial para melhoria com o objetivo de assegurar que toda a aquisição pública da UE seja sustentável em 2030, e por não haver propostas do Bloco de Esquerda para este tema, recomendamos que uma estratégia e planos de ação sejam colocados em prática para incrementar o compromisso das autoridades públicas europeias em incluírem critérios de sustentabilidade para as compras públicas que realizam, apoiados por ferramentas que facilitem a comunicação de boas práticas e de **fornecedores que se adequam aos padrões exigidos, com ênfase nos fornecedores locais, fortalecendo-os**. Nesse sentido, também é necessário garantir que empresas que oferecem produtos e serviços com impacto positivo na sociedade obtenham acesso aos mercados de aquisição pública da Europa, possibilitando, portanto, a **implementação das agendas de economia circular e de eficiência de recursos dentro da União Europeia**.

De jure, a UE está comprometida com a defesa da democracia e os direitos humanos nas suas relações externas, guiando-se pelos princípios fundamentais da liberdade, democracia e respeito pelos direitos humanos e das liberdades fundamentais e do Estado de Direito. De facto, não é o que se verifica em algumas políticas setoriais. Em linha com os direitos humanos, **saudamos a crítica do BE à exportação de armas de países da UE** para outros países de fora da UE, sendo que em muitos casos estas são destinadas a conflitos bélicos e grupos terroristas.

No que diz respeito ao **comércio justo**, os eleitores europeus estão conscientes sobre o que acontece na indústria manufatureira, sobretudo **têxtil**, nos países em desenvolvimento, especialmente na Ásia. Em muitos casos, as fábricas são criadas pela externalização de empresas europeias noutro continente, onde a fiscalização do cumprimento dos direitos humanos é precária. **O conceito de nova escravidão, por vezes associado ao trabalho infantil, não pode ser a essência das importações da UE ao mesmo tempo que se promove, através da cooperação internacional e de tratados internacionais, o cumprimento de tais direitos**. Gostaríamos de ver no programa do Bloco de Esquerda um ponto que clame pela **aplicação de um código de boas práticas que seja juridicamente vinculativo** em linha com os art 2,3,6,21 e 205 do TUE e se envolva com o mercado no art III-154, referente à proibição de importações em caso de alterar a ordem pública, moralidade, proteção da saúde e da vida das pessoas. Em suma, recomendamos ao partido exigir uma **monitorização em todos os pontos da cadeia de valor dos produtos e sancionar as empresas europeias envolvidas nestes incumprimentos**, além de favorecer o desenvolvimento do comércio justo, não só como uma atividade caritativa, mas como um projeto real.

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





Em relação ao respeito pelos direitos humanos na agricultura, Portugal e a UE têm de responder com seriedade às explorações laborais a imigrantes que trabalham em culturas intensivas, beneficiadas pela PAC. Para uma maior coerência com os princípios da UE de respeito pelos direitos humanos, apelamos a uma maior coerência de políticas neste sentido, tanto na política de cooperação como no próprio espaço da UE.

Por fim, apoiamos a visão do Bloco de Esquerda a respeito da **diversificação das pescas e valorização de políticas não extrativistas**. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de uma quota de pesca com compensação para os pescadores, como se verifica na PAC, a fim de limitar as capturas e alcançar uma pesca sustentável, local e dinâmica.

2 Ação Climática e Política Energética

O manifesto eleitoral do Bloco é contundente nas propostas acerca do problema das alterações climáticas. Neste contexto, acreditamos no potencial de **revisão audaciosa das metas de descarbonização até 2030**, assumindo planos de ação concretos para os objetivos de 2030 e 2050, e implementando a sua transversalidade a todos os setores, com atenção aos transportes e agricultura, e o apoio ao fim das subvenções aos combustíveis fósseis e às centrais térmicas em âmbito europeu, instaurando ações vinculativas entre os Estados-Membro da UE que incluam compensações para as comunidades mais vulneráveis.

Saudamos também a proposta do Bloco de **promover a transição do sistema de transportes para a eletrificação** e propomos atenção específica aos **transportes aéreos**, com grande volume de emissões que apresenta tendências de crescimento de até 700% até 2050, fazendo com que seja latente a necessidade de regulação e gestão das emissões do setor da aviação, bem como no setor naval.

Ressaltamos a relevância dada pelo Bloco de Esquerda ao apoio dos países europeus à **transição energética dos países em desenvolvimento**, que se encontram vulneráveis às alterações climáticas. No entanto, sugerimos que sejam evidenciados os impactos das políticas europeias nos países em desenvolvimento, com o objetivo de evitar que os efeitos negativos sejam apenas transferidos para outras regiões, como ocorre com o consumo europeu de importações baseadas na matriz de energia fóssil de outros países fora da UE. Por fim, gostávamos de atrair atenção à importância da utilização dos **fundos de financiamento climático existentes como adicionais, e não substitutos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)**, para que em conjunto possam atingir as metas de auxílio à transição energética e investimento em energias renováveis.

3 PAC e sustentabilidade

O BE defende a redistribuição da ajuda agrícola pelos pequenos produtores. As mudanças previstas pela PAC para depois de 2020 estão em linha com o programa do BE nesta área, embora não haja nenhuma menção no documento da PAC sobre a penalização às grandes explorações que têm grandes impactos ambientais.

Não podemos esquecer a promoção pela PAC de produtos agroquímicos em linha com estas grandes explorações. As intenções do BE concordam com as preocupações da Organização Mundial da Saúde (OMS), neste sentido.

Em matéria de soberania alimentar e justiça social, as **políticas de Km 0 devem ser integradas de maneira a introduzir progressivamente produtos locais nas instituições públicas**, beneficiando produtores e consumidores. Isto apenas será possível através de uma resposta agroecológica, que passa, por exemplo:

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





- i) pela diversificação da agricultura segundo o espaço, as condições do solo e um olhar focado na economia regional ou local;
- ii) pelo apoio à agricultura familiar através da ajuda da UE na criação de cooperativas;
- iii) pela maior participação dos pequenos agricultores nas tomadas de decisão em matéria de política agrícola;
- iv) e por um maior compromisso entre produtores e consumidores.

O sul da Europa é o maior exportador de alimentos de cultivo da UE. Paradoxalmente, também sofre dos maiores problemas no abastecimento de água. Se o BE quiser defender o desenvolvimento rural e local junto das instituições europeias, terá de abordar o **problema das secas**, cada vez mais recorrentes e severas, e que constituem um problema social em Portugal. É necessário um **plano de restauração hidrológico-florestal**, com a recuperação de uma massa florestal adequada a cada ecossistema. O **turismo** e a **agricultura intensiva** são os problemas de solução mais diretos. Regular o turismo de costa, através da diversificação de atividades e limitar as plantações intensivas mediante uma diversificação de cultivos com cultivos menos dependentes da água, bem como aplicar métodos de irrigação eficientes, são possíveis soluções para este problema.

Os **incêndios** florestais deveriam ser um tema imprescindível num programa como o do BE. Precisamos de **promover uma floresta diversificada e autóctone**, que respeite a ordenamento do território e a qualidade dos solos. É preciso **combater o abandono rural** ao mesmo tempo que é necessário reforçar a **monitorização dos espaços florestais**. Ao mesmo tempo, precisamos organizar sistemas florestais e agroflorestais integrados, inclusivos e sustentáveis, de base comunitária, focados no bem comum e na coesão territorial e social, com um forte papel do Estado e da própria UE na distribuição de ajudas com projetos que exortem a cooperação entre proprietários minifundiários, quer em espaços florestais com as Zonas de Intervenção Florestal, quer em pastos ou em zonas de cultivo. Em suma, precisamos reativar o associativismo entre proprietários.

Acreditamos que o Bloco de Esquerda pode ser um aliado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial no que toca o consumo e produção responsáveis, a ação climática, a política energética sustentável e justa, a segurança alimentar e a política agrícola coerente com o desenvolvimento global. Por isso, empenhamo-nos em reforçar a agenda do Partido para **estabelecer as políticas necessárias que desempenham um papel central na coesão social e territorial portuguesa e europeia, contribuindo para a Agenda 2030 de Transformar o Mundo, sem deixar ninguém para trás.**

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.

